

A INTRINCADA REDE DE INFLUÊNCIA ENTRE A FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS E O ESTADO

Vânia Claudia **Fernandes** – UFRJ

Glauria Janaina dos **Santos** – UFRJ

Jordanna Castelo **Branco** – UFRJ

Introdução

A Fundação Getúlio Vargas (FGV), instituição educacional privada, foi criada pelo decreto-lei nº 6.693, baixado pelo então presidente da República Getúlio Vargas, em 1944. A sua constituição, seu desenvolvimento e seu crescimento evidenciaram a intrincada rede de influência mantida entre seu fundador Luiz Simões Lopes com a esfera governamental ao longo dos anos. A participação de importantes personalidades políticas como signatárias do documento de constituição da FGV, o desenvolvimento de projetos de natureza estatal e o espaço aberto às inúmeras personalidades políticas que fizeram parte do seu quadro como ministros, ex-ministros e senadores contribuíram de modo expressivo para que a instituição fosse confundida como pública, embora sua natureza jurídica seja privada. Ambiguidade que favoreceu a instituição em muitas ocasiões.

Destaca-se que as relações, mantidas durante décadas, entre a FGV e o Estado por meio de anéis burocráticos explicitam um fenômeno comum nas relações sociopolíticas do Brasil que consiste na indistinção entre público e privado. Fenômeno conceituado por Max Weber como dominação tradicional ou patrimonial, na qual o chefe político faz uso dos recursos públicos como se fosse um bem privado. De acordo com Weber “toda dominação manifesta-se e funciona como administração. Toda administração precisa, de alguma forma, da dominação, pois para dirigi-la, é mister que certos poderes de mando se encontrem nas mãos de alguém” (Weber, 1999, p. 193).

Destacamos que Raymundo Faoro (1995) em seu livro *os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro* e Sérgio Buarque de Holanda (1995) em *Raízes do Brasil* buscaram compreender tal fenômeno a partir do processo de colonização do Brasil. Para Faoro herdamos dos portugueses, que viam na coroa a chance de enriquecimento pessoal em detrimento da saúde financeira da nação, o uso do bem público como se privado fosse.

Além desses autores, Fernando Henrique Cardoso contribui também para explicitar a prática do patrimonialismo no Brasil, ao conceituar o termo anéis burocráticos a partir da definição de “inércia burocrática”, concebida como “um mecanismo político pelo que implicitamente se define que a Administração é supletiva aos interesses privatistas e estes

fluem, em suas relações com o Estado, através de teias de cumplicidades pessoais.” E continua sua análise:

Em geral, entretanto, a teia de cumplicidade era mais difusa, mais orientada para as relações de lealdades pessoais que tornavam cúmplices desde o vereador, deputado, o funcionário de uma repartição fiscal, o industrial, comerciante ou banqueiro, até o ministro, quando não o próprio presidente. A partir desse “sistema” as decisões eram tomadas e implementadas. A “burocracia” funcionava, portanto, como parte de um sistema mais amplo e segmentado: não existindo eficazmente, como vimos, Partidos de classe, Sindicatos e Associações de grupo e classes, os interesses organizavam-se em círculos múltiplos, em anéis, que cortavam perpendicularmente e de forma multifacética a pirâmide social, ligando em vários subsistemas de interesse e cumplicidade segmentos do Governo, da Burocracia, das Empresas, dos Sindicatos etc (CARDOSO, in LAFER, 1970, p.179 e 180).

Tomando por base as considerações de Fernando Henrique Cardoso, classificamos como anéis burocráticos as relações especiais mantidas entre grandes instituições privadas e o Estado, nas quais interesses de determinados grupos são favorecidos pelo acesso às decisões e aos recursos públicos, em detrimento de outros grupos, sejam eles públicos ou privados.

Considerando a imbricação entre público e privado, é interessante notar que em 1930, o então presidente da República Getúlio Vargas promoveu a reforma do Estado, buscando dota-lo da racionalidade burocrática weberiana, no intuito insular¹, a administração pública justamente contra o patrimonialismo (Nunes,1999) e a formação de anéis burocráticos. A despeito dessa iniciativa, em 1944, este mesmo governo criou a FGV fazendo uso dessa prática, revelando que nas relações políticas no Brasil predominam os interesses pessoais no favorecimento de seus clientes, privilegiando assim alguns em detrimento de outros. Tal comportamento reforça a tese de Roberto da Mata (1997) de que a sociedade brasileira convive com situações em que *pessoas e indivíduos*, dependendo do momento, estão imersos em um contexto, ora privilegiando-se o *indivíduo* e, ora, privilegiando-se a *pessoa*. É justamente sobre a permeabilidade entre as fronteiras do público e o privado que se insere a reflexão deste estudo, o qual tem como propósito investigar as relações mantidas entre a Fundação Getúlio Vargas, um ente privado e o Estado, um ente público. O estudo parte da hipótese de que os anéis burocráticos existentes entre esses dois entes favoreceu a constituição, o desenvolvimento e o crescimento da FGV.

Buscando confirmar a hipótese apresentada, adotamos como instrumentos a análise documental, privilegiando a escritura da instituição, seus relatórios financeiros, que

¹ O insulamento burocrático, segundo Nunes (1999, p. 54 e 55) “é o processo de proteção do núcleo técnico do Estado contra a interferência oriunda do público e de outras organizações intermediárias”.

apresentam dados sobre o financiamento público à instituição ao longo dos anos e depoimentos de diversas personalidades sobre a FGV que estão descritos no livro “Fundação Getulio Vargas: a concretização de um ideal”. O resultado da pesquisa nos permitiu concluir que anéis burocráticos mantidos entre a FGV e o Estado contribuíram de forma significativa para a construção da marca forte da instituição caracterizada pelo pioneirismo, pela liderança e pela inovação e não apenas a capacidade de seus gestores em administrar de forma eficiente o patrimônio da *Fundação*.

A FGV e o Estado

No dia 04 de julho de 1944, Luís Simões Lopes, então presidente do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), enviou uma carta ao então presidente da República Getúlio Vargas expondo seus motivos para a criação da Fundação Getulio Vargas. O documento de nº 1.796 consta no Relatório Anual da entidade de 1945, publicado em 1946. Na exposição dos motivos, o fiel colaborador de Getúlio Vargas indicava que a forma associativa mais adequada para a fundação a ser criada era a de entidade privada que viesse a dispor de recursos que lhe garantissem perfeito funcionamento e continuada existência, sendo constituída por doações dos poderes públicos, de entidades autárquicas e paraestatais, de estabelecimento de economia mista e de empresas privadas (FGV, 1946). Ao finalizar o texto, Simões Lopes solicitou autorização para criar a entidade e fez referência ao projeto de decreto-lei enviado anexo. Esse projeto se transformou no decreto-lei nº 6.693 de 14 de julho de 1944 sem nenhuma alteração e foi assinado por Getúlio Vargas, criando assim a Fundação Getulio Vargas, o que demonstra a estreita relação mantida entre Simões Lopes e o então presidente da República.

A despeito da natureza jurídica da FGV ser privada, em depoimento a Araújo (1999, p. 14), Luís Simões Lopes manifestou seu interesse em criar uma instituição com caráter ambíguo. Para isso, segundo ele

Fiz uma instituição que era criada pelo Governo, com dinheiro do Governo, mas ao mesmo tempo, criei uma Assembleia Geral (...) Como eu não queria um organismo claramente estatal, dei uma forma dupla à instituição. Criei uma coisa um pouco esquisita: uma fundação que, finalmente é do Governo, mas parece privada, já que seu órgão supremo é a Assembleia Geral.

E assim criou-se intencionalmente a FGV como uma instituição ambígua, naturalmente para que esta fosse favorecida como entidade ideal para realizar os serviços estatais, bem como para receber subsídios públicos. Assinaram a escritura da instituição 275 instituidores, dentre eles constam o governo federal que fez doação de cinco milhões de

cruzeiros para que a Fundação fosse criada. No documento, Luís Simões Lopes, presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público é apresentado como representante do Governo Federal. Além disso, assinaram o documento 19 governos do estado da federação, prefeitura do Distrito Federal, prefeitura Municipal de São Paulo, 39 Institutos de Previdência e Caixas de Aposentadorias, 23 autarquias econômicas e sociedades de economia mista, 10 empresas privadas, 68 companhias de seguro privadas e 107 instituidores individuais.

Dentre as pessoas físicas que fizeram doações, merecem destaque: Alzira Vargas do Amaral Peixoto (filha do presidente Vargas); Arthur de Souza Costa (Ministro da Fazenda, no período de 1934 a 1945); Gustavo Capanema (Ministro da Educação e Saúde, no período de 1934 a 1945); Francisco Campos (Ministro da Educação e Saúde, no período de 1930 a 1932 e Ministro da Justiça no período de 1937 a 1941); Odilon Braga (Ministro da Agricultura, no período de 1934 a 1937); Waldemar Falcão (Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, no período de 1937 a 1940); Ernesto Dornelles (primo de Getúlio Vargas, chefe de polícia em Minas Gerais de 1936 a 1942) dentre outras personalidades políticas influentes. Através dos dados contidos na escritura, é possível perceber o expressivo aporte de capital injetado na instituição e a presença de personalidades importantes da área pública do governo. Isso demonstra que a FGV já nasceu com forte base financeira e com fortes relações políticas. Além disso, ao longo dos anos, a instituição contou com financiamento do governo federal e inúmeros benefícios como isenção de todos os impostos da Prefeitura de São Paulo, cessão de terreno no município de São Paulo em regime de comodato pelo prazo de 50 anos, podendo ser prorrogável e doação de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, conforme determinação da Lei nº 4.887 de 09/12/1965.

Inicialmente a FGV foi criada para desenvolver atividades próprias de Estado, como subsidiária do poder público. Como observa Araújo (1999, p. 14) a FGV surgiu para se ocupar “do estudo da organização racional do trabalho e do preparo de pessoal da administração pública e privada”. Ao longo de sua trajetória, a instituição foi desenvolvendo projetos que a tornaram reconhecida nacional e internacionalmente em diversas áreas pelo ensino, pelo cálculo de indicadores econômicos, pela pesquisa, pela consultoria e pelas publicações. Na área do ensino, desenvolveu projetos nos níveis fundamental e médio como o Colégio Nova Friburgo, já extinto. No nível superior destacou-se com seus famosos cursos de graduação de administração, contabilidade, economia e mais recentemente Direito. Além disso, a instituição atua na pós-graduação ofertando cursos de mestrado e doutorado em Administração, Economia e História, Política e Bens Culturais. A FGV iniciou suas

atividades no estado do Rio de Janeiro, expandindo-se posteriormente para São Paulo e, mediante convênios, passou a atuar em outras capitais e no interior do país.

Naturalmente, a ambiguidade da instituição e a proximidade com o poder favoreceram a instituição, conforme depoimento de João Paulo dos Reis Velloso, reforçando a ideia da existência de anéis burocráticos entre a FGV e o Estado. Ele comentou que a Escola Brasileira de Administração Pública e as contas nacionais “são coisas que poderiam ter nascido dentro do governo, mas nasceram na *Fundação*, graças à relação especial de Simões Lopes com o poder” (Araújo, 1999, p. 274). O depoimento de Carlos Geraldo Langoni também contribuiu para corroborar tal ideia. Segundo Langoni, por ser muito próxima do poder, a FGV fazia com que “todo mundo achasse que a área econômica do governo era uma extensão da *Fundação*, tanto que quando assumi a direção da escola, logo começaram a dizer que eu ia ser ministro” (Araújo, 1999, p. 188).

Jorge Oscar de Mello Flôres² comenta que alguns representantes do governo federal, ao exercerem o cargo de membro da Assembleia da Fundação Getúlio Vargas, conforme determinado no estatuto da instituição, no artigo 6º, letra a, acabavam ficando na instituição. No artigo do estatuto consta a informação de que um representante do governo federal designado pelo presidente da República faria parte da Assembleia Geral, além dos doadores e representantes que subscreveram a escritura de constituição da Fundação. Muitos dos representantes do governo federal permaneceram na FGV mesmo depois de terem deixado de atuar no governo. Jorge Oscar de Mello Flôres cita como exemplo o caso de Sá Freire Alvim. Ele era representante do governo de Juscelino Kubitschek, em 1956 e ficou até 1981. Entretanto, essa situação parece ter mudado, em função do comentário de que “hoje não há mais isso. O último nomeado foi Marcílio Marques Moreira, que continua até hoje, mas como membro do conselho, não com representante do governo” (Araújo, 1999, p.27).

Além de todos esses elos, Luiz Simões Lopes convidou para atuar na administração da FGV personalidades como Eugênio Gudín, Octavio Gouvêa de Bulhões, Mario Henrique Simonsen, Roberto de Oliveira Campos, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, dentre outros ocupantes de altos cargos do governo como ministros da Fazenda e do planejamento, o que estreitava ainda mais os elos entre a instituição e o Estado. Era natural que essa relação especial entre Luiz Simões Lopes e o poder fizesse com que determinadas atividades que poderiam ter sido desenvolvidas dentro do governo, como as contas nacionais, nascessem e permanecessem por longo tempo na *Fundação*. Além disso, essa rede de influências

2 Membro fundador e presidente da FGV de 1992 a 2000.

privilegiava a FGV na execução de diversos serviços prestados ao setor público e privado, e não apenas o fato de ser uma instituição caracterizada por competência, pioneirismo e liderança.

Iniciativas da FGV no campo educacional

No campo educacional, a Fundação voltou-se para “preencher lacunas sérias do sistema educacional brasileiro no que tange à metodologia e à profissionalização” (Costa, 1988, p. 37). Esses objetivos da organização baseavam-se no pressuposto de que tanto o Governo quanto as empresas careciam de “gerentes e assessores” para o escalão superior, assim como de pessoal qualificado para auxiliar os níveis superiores. Assim, seu programa de ensino, nos fins de 1949, foi desenhado para abranger escolas de nível médio e superior. Surgia, ainda nesse ano, a primeira iniciativa no âmbito educacional, que foi a Escola Técnica de Comércio. A instituição oferecia cursos regulares na área de Contabilidade, Secretariado e Desenho Industrial, além de diversos cursos intensivos para o nível médio voltados à área administrativa e comercial (idem).

O Colégio Nova Friburgo, iniciativa voltada ao primeiro e segundo graus, criado em 1950, tinha como propósito dedicar-se “à pesquisa e ao desenvolvimento de métodos modernos de ensino”. A concretização do projeto ocorreu mediante convênio estabelecido entre a Fundação Getúlio Vargas e o prefeito de Nova Friburgo (César Guinle). Este convênio viabilizou a instalação de um estabelecimento de ensino nessa localidade, em abril de 1950, sendo denominado, inicialmente, como Ginásio Nova Friburgo. Em 1951 passou a se chamar Colégio Nova Friburgo. Dessa época datam as primeiras turmas do curso primário (Santos, 2005, p. 36)

O convênio estabelecia também que a prefeitura de Nova Friburgo realizaria doação para a *Fundação*, isenção de todos os impostos e taxas municipais, além da concessão de uma área de 12.000 m², desde que a FGV adquirisse a Empresa Educacional Fluminense e se comprometesse a oferecer bolsas de estudos para alunos residentes em Nova Friburgo (Carvalho, 1988). Segundo Carvalho (1988, p. 153) o CNF inspirou-se nas inovações educacionais das “high-schools” norte-americanas e tinha como propósito realizar uma obra pioneira. “Querida que o CNF fosse uma escola experimental, tanto no campo do ensino propriamente dito, quanto em âmbito mais amplo, abrangendo todos os aspectos da vida escolar”.

Cabe destacar que na inauguração do colégio estiveram presentes o então Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, o Ministro da Educação Clemente Mariani, entre outras

personalidades da área educacional. No discurso realizado por Simões Lopes, este agradeceu as demonstrações de apreço que o Presidente da República vinha demonstrando, particularmente, com relação ao CNF e citou que Clemente Mariani era “velho amigo da Fundação, à qual ajuda e ampara por todas as formas, prestigiando seus cursos, facilitando-lhes os recursos, e, que ainda hoje, nos cativa com sua presença na festa” (idem, p, 29 e 30). Ao encerrar o discurso, Simões Lopes explicitou que a iniciativa da criação do Colégio Nova Friburgo encontrava eco nos escalões superiores da política governamental do ano de 1950. Isso demonstra que a iniciativa de construir uma metodologia experimental encontrou respaldo no governo que já intencionava desenvolver projetos dessa natureza. Coube a Fundação concretizar esse projeto com financiamento público.

Em 1977, após sucessivas crises financeiras provocadas por seu déficit orçamentário, o então presidente da Fundação, Simões Lopes, resolveu encerrar as atividades do Colégio, que permaneceu abandonado por anos, motivando a instituição a propor uma permuta com o então governador do estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola. Este, por sua vez, entendia que só reabriria o colégio se houvesse doação, uma vez que não cabia ao Estado pagar indenização pela cessão das instalações, porque, “afinal de contas, tudo é dinheiro público” declarou o governador ao jornal *O Globo* em 26/08/1984. A disputa foi resolvida em 1987, quando o prédio passou para o governo do estado. Em 1993 foi instalado no local o Instituto Politécnico do Rio de Janeiro em Nova Friburgo. Os dados disponíveis no site do Instituto não revelam como foi realizado o processo de transferência das instalações do CNF para o governo do Estado. O prédio está arrendado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e nele funcionam cursos de graduação, mestrado e doutorado em Engenharia de computação.

Dentre as iniciativas na educação superior implementadas pela FGV destacamos a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), em 1949, o Instituto Brasileiro de Administração (IBRA), em 1951, a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), em 1954, o Instituto de Estudos Avançados em Educação (IESAE), em 1971 dentre outras ações que contaram com recursos públicos para sua criação e seu desenvolvimento como destacado em relatórios financeiros da instituição. Nesses mesmos relatórios foram registrados os pareceres de auditores, revelando períodos de expansão e de crises vivenciadas pela FGV.

No relatório referente ao exercício de 1965 consta a informação de que a verba especificada no orçamento geral da União para a FGV foi de Cr\$ 1.909.658.000,00, e que o auxílio referente à arrecadação do imposto do selo passou do Ministério da Educação e Cultura para o Ministério da Fazenda. Além disso, “as obras dos edifícios-sede no Rio de

Janeiro e, em São Paulo foram custeadas com a dotação existente no orçamento da União e mais os recursos obtidos com o convênio entre a Fundação e a United States Agency for International Development (USAID), assinado em 3 de dezembro de 1964” (FGV, 1966 a p. 76 e 77).

No item Execução do programa de trabalho para 1965 consta que a FGV “acompanhou os trabalhos relativos à elaboração do orçamento da União junto ao Ministério da educação, ao DASP e ao Congresso Nacional” (FGV, 1966 b, p. 185). Com relação a esse acompanhamento observamos que a liberação anual de verba para a FGV estava condicionada à inserção no orçamento da União, o que exigia monitoramento desse processo e, possivelmente, articulações como pode ser constatado no trecho destacado do relatório, no qual há referência de que verbas omitidas ou cortadas integralmente pelo MEC foram conseguidas via indireta. O DASP foi a via indireta para que fosse incluída “a dotação de Cr\$300.000.000,00 para a Escola Interamericana de Administração Pública, omitida na proposta do MEC” e a dotação variável de Cr\$ 631.000.000,00 vinculada à receita de selos e afins (FGV, 1966 b, p. 185). No que se refere a essa forma de obtenção de verbas é oportuno lembrar que Simões Lopes, então presidente da FGV, foi também criador e presidente do DASP, o que facilitava as articulações e negociações.

No relatório de 1966, no item relativo ao recebimento de subvenções, contribuições e auxílios há descrição das verbas para a FGV no orçamento da União para diversas instâncias da área educacional e administrativa da FGV. Outro dado relevante foi identificado no relatório de 1967 no qual consta a informação de que apesar de a Fundação obter rendas próprias, a instituição “depende fundamentalmente, das subvenções, doações e auxílios que o poder público da União lhe consigna para manter, no nível elevado que infatigavelmente persegue os serviços que lhe incumbe prestar à comunidade” (FGV, 1968, p. 4).

Os relatórios da década de 1970 apresentavam informações de redução de financiamento por parte do governo federal, como pode ser observado através do trecho: “o auxílio do Governo Federal, que sempre foi aumentando de um exercício para outro, sofreu, na concessão do ano de 1971, redução tal, que o tornou inferior ao de 1970 fato que nunca ocorrera”(FGV, 1971, p. 253). Não é descabido supor que essa redução no financiamento pode ser consequência do enfraquecimento dos anéis burocráticos mantidos durante décadas entre a instituição.

As reduções no financiamento coincidiram com as crises enfrentadas pela Fundação. No relatório de 1975, há registro de déficit nos resultados da instituição, sendo o segundo que ocorria na vida financeira da empresa, tendo o primeiro ocorrido em 1974. O mesmo se

identificou no relatório de 1980 informações relativas à supressão de cursos de administração, mas mesmo assim, constava no documento que essa medida ainda não seria suficiente para equilibrar o orçamento no próximo exercício. Nesse mesmo relatório há referência de que o governo federal concedeu um auxílio de emergência para reverter o quadro crítico.

A crise vivenciada pela instituição se agravou significativamente a ponto de precisar extinguir órgãos e cursos, reduzir atividades como pesquisa e publicações, demitir funcionários e alienar bens patrimoniais (FGV, 1991). Algumas dessas iniciativas foram extintas como diversas instâncias do Instituto Brasileiro de Administração, em 1975, a Escola Técnica de Comércio, em 1976, o Colégio Nova Friburgo, em 1977, a graduação em administração, na década de 80. A intensificação da crise, a partir de 1990, obrigou a FGV a extinguir o Instituto Superior de Estudos e Pesquisas Psicossociais, o Instituto Superior de Estudos Contábeis, o Instituto de Recursos Humanos, o Instituto de Direito Público e Ciência Política, o Instituto de Documentação, os Cursos de Administração de Empresas e o Conselho de Coordenação e Pesquisa e o Instituto de Estudos Avançados em Educação.

Para Gustavo de Sá e Silva³, “os administradores da *Fundação* eram, de um modo geral, pessoas acostumadas a depender de recursos públicos, e isso acabou”. Na mesma direção, ele declarou que o corte de verba do governo federal à FGV fez com que “aquele pessoal que nunca havia tentado ganhar dinheiro resolvesse ganhar de qualquer maneira” (Araújo, 1999, p.279 e 287). O depoimento reforça as informações registradas nos relatórios indicando a necessidade da instituição buscar outras fontes e desenvolver estratégias para depender menos dos recursos públicos.

A análise dos relatórios permitiu identificar também que, apesar das diversas sinalizações nesse sentido, a FGV demorou bastante a tomar uma decisão nessa direção. Somente em 1980 foi registrada a primeira tentativa concreta de buscar recursos privados, conforme depoimento de Carlos Bertero. A segunda tentativa foi em 1995 com o plano de captação de recursos. Essa demora na resposta pode indicar que a racionalidade administrativa ensinada pela instituição em seus cursos de Administração era pouco considerada pela mesma quando se tratava de administrar seus recursos.

Todos esses depoimentos somados às análises dos relatórios ilustram que a *Fundação* vivenciou um longo período em que foi favorecida pelos anéis burocráticos que manteve com

³ professor e assessor da presidência da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV).

o Governo. Contudo, esse período parece ter começado a se modificar a partir de 1971. Consideramos que esse ano marca o início das mudanças na relação entre FGV e o governo federal, baseando-me na análise do relatório financeiro de 1972, que registrou a primeira queda drástica no financiamento do governo, ocorrida em 1971. Essa redução persistiu nos anos 80 e 90, quando a crise atingiu seu ponto máximo, levando à extinção de diversas unidades da instituição.

Considerações finais

É comum encontrarmos estudos sobre a Fundação Getúlio Vargas, desenvolvidos por ela ou por terceiros, destacando sua liderança, seu pioneirismo e sua capacidade empreendedora. Estes desconsideram, entretanto, que a imbricação entre o público e o privado foi um ponto fulcral nas relações da FGV com o Estado ao longo das décadas, o que contribuiu de maneira significativa para que fosse construído tal patrimônio. Contrariando essa prática, nossa pesquisa buscou lançar luz sobre os anéis burocráticos entre a FGV e o Estado, a fim de contribuir para a compreensão da instituição por um prisma diferente do usualmente empregado.

O estudo demonstrou inúmeros exemplos de elos evidenciados pela estreita relação mantida entre Luís Simões Lopes, fundador e presidente da FGV por longas décadas e o então presidente da República Getúlio Vargas. Essa amizade permitiu a criação da instituição com financiamento do governo federal, contando com doações de inúmeros entes públicos e privados, bem como de personalidades políticas, isenção de impostos e o recebimento do imposto do selo. Além disso, a *Fundação* constou no orçamento da União durante décadas. Para reforçar esses elos, Luís Simões Lopes incluiu no estatuto da FGV uma cláusula definindo que, representante do governo federal, designado pelo presidente da República, faria parte da Assembleia Geral, além dos doadores e representantes que subscreveram a escritura de constituição da *Fundação*. Na mesma linha de aproximação com o poder público, Simões Lopes convidava para atuar na administração da FGV personalidades que ocupavam altos cargos no Governo como ministros da Fazenda e do Planejamento, o que estreitava ainda mais os elos entre a instituição e o Estado, criando facilidades para a instituição.

Para finalizar, entendemos que a construção da marca forte da FGV, caracterizada pela liderança, pelo pioneirismo e pela inovação contou fortemente com os expressivos investimentos públicos, por beneficiá-la na concessão de serviços na esfera governamental favorecidos pelos anéis burocráticos mantidos durante décadas entre o Estado e a FGV.

Bibliografia

ARAÚJO, Maria Celina de. **Origens da Fundação Getulio Vargas**. In: **Fundação Getulio Vargas: concretização de um ideal**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Aspectos Políticos do Planejamento**. In: LAFER (org). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

CARVALHO, Irene Mello. **Colégio Nova Friburgo da Fundação Getulio Vargas: Histórico de suas realizações**. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

COSTA, Jorge Augusto da. **Pioneirismo a Serviço de Desenvolvimento Nacional**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.

FAORO, Raymundo. **Os donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre, Globo, 1995. Vol. 1

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Escritura da Fundação Getúlio Vargas, 1944**. Rio de Janeiro, 1945.

_____. **Estatutos da Fundação Getulio Vargas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1989. (Escritura da Fundação)

_____. **Relatório e Prestação de Contas do Exercício de 1945**. Rio de Janeiro, 1946.

_____. **Relatório e Prestação de Contas do Exercício de 1965**. Rio de Janeiro, 1966 a.

_____. **Relatório de 1965**. Rio de Janeiro, 1966 b.

_____. **Relatório de 1967**. Rio de Janeiro, 1968.

_____. **Relatório e Prestação de Contas: Exercício de 1970**. Rio de Janeiro, 1971.

_____. **Relatório Geral e Prestação de Contas: Exercício de 1990. Anexos. Prestação de Contas**. Volume II. Rio de Janeiro, 1991 a.

_____. **Plano de captação de Recursos 1995 -2000**, Rio de Janeiro,1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

NUNES, Edson. **A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,1999.

MATTA, Roberto da. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol.2. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: UnB, 1999.